

A INCLUSÃO DA LÍNGUA INGLESA COMO LÍNGUA FRANCA NAS ESCOLAS PÚBLICAS PARA O PÚBLICO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL



THE INCLUSION OF ENGLISH AS A LINGUA FRANCA IN PUBLIC SCHOOLS FOR STUDENTS WITH SPECIAL EDUCATIONAL NEEDS.

MARIA CAROLINA TONON DA SILVA

Graduação em Letras pela Universidade Cruzeiro do Sul em 2004, Pedagogia pela Universidade Nove de Julho em 2010. Especialista em Docência no Ensino Superior pelo Centro Universitário de Jales em 2020, especialista em Gestão e Organização da Escola com Ênfase em Coordenação Escolar em 2024. Mestre em Linguísticas aplicadas ao ensino de Língua Inglesa pela Funiber em 2023. Professora de Ensino Fundamental II e Médio- Língua Inglesa – na EMEF Alexandre de Gusmão; Professor de Educação Básica – Língua Inglesa – na EE Professora Eliza Rachel Macedo de Souza.

RESUMO

Este artigo tem por objetivo descrever sobre a Inclusão da Língua Inglesa como Língua Franca nas escolas públicas a partir da importância do ensino linguístico inclusivo a todos os grupos de educandos pertencentes ao ambiente escolar, a aplicação do ensino da Língua Inglesa como Língua Franca que possibilita o acesso ao conhecimento a por meio do desenvolvimento crítico, reflexivo e interativo entre os educandos que estão a aprender e os educadores que estão a aplicar o ensino. Tratando de desenvolver o ensino linguístico construído a partir de acessos entre a diversidade existente no mundo e na escola, sendo elas sociais e culturais, considerando ainda a história de vida dos educandos. Para a pessoa com deficiência, o ensino só se torna possível quando se é compreendido a necessidade de ser desenvolvido, e o ensino para esse grupo conforme suas capacidades e habilidades de aprendizagem deve ser realizado de maneira elaborada e estruturada. Levando a observação que uma aprendizagem inclusiva é aquela que permite o acesso e o desenvolvimento a partir do respeito com a condição que se é vivida, pela história de vida, a cultura e a sociedade onde este educando habita.

Palavras-chaves: Língua Franca; Língua Inglesa; Inclusão.

ABSTRACT

This article aims to describe the inclusion of English as a Lingua Franca in public schools, starting from the importance of inclusive language teaching for all groups of learners within the school environment. It discusses the application of English as a Lingua Franca, which enables access to knowledge through critical, reflective, and interactive development between learners and teachers. It focuses on developing language teaching built upon the existing diversity in the world and in schools, encompassing social and cultural diversity, and considering the life histories of the learners. For people with disabilities, education is only possible when the need for development is understood, and teaching for this group, according to their learning capacities and abilities, must be carried out in an elaborate and structured manner. It leads to the observation that inclusive learning is that which allows access and development based on respect for the individual's lived condition, life history, culture, and the society in which the learner lives.

Keywords: Lingua Franca; English Language; Inclusion.

INTRODUÇÃO

A prática de ensino da Língua Inglesa como Língua Franca é o que possibilita um ensino que seja construído e aplicado para a inclusão, isso por que o ensino da língua Inglesa tem em si o reconhecimento simbólico de status, como um conhecimento que não está ao alcance de todos, mas que tem um direcionamento aos que podem desenvolvê-lo (Siqueira et al p. 4, 2012).

Isso é desconstruído quando se comprehende que o ensino da Língua Inglesa como língua Franca tem como características manter as origens de quem aprende o idioma, sem que este precise anular seus conhecimentos já aprendidos a partir da sociedade e da cultura em que se encontra (Brasil, p. 245, 2018).

Nas escolas, aplicar o ensino, buscar incluir as perspectivas, vivências, história de vida, capacidades e habilidades dos educandos é uma tarefa que deve fazer parte de todos os ambientes, e ao tratar do ensino da Língua Inglesa esse processo de inclusão é iniciado quando os educadores passam a ter uma maior compreensão do mundo contemporâneo, que é totalmente conectado, permitindo que seja acessado qualquer parte do mundo a apenas um comando digital de distância (Brasil, p. 245, 2018).

Essa conexão em escala global é o que potencializa ainda mais o ensino da Língua Inglesa como Língua Franca, isso porque o idioma não está mais restrito ao seu território, mas atualmente se apresenta nos processos comunicativos em quase todos os territórios do mundo, se misturando a outras línguas, outros povos, culturas e sociedades e se integralizando entre estas (Cox e Assis—Peterson, 2008, p.47, apud Siqueira et al p. 4, 2012).

Um ensino de qualidade é o direito de toda criança, e ao tratar sobre o tema de ensino para pessoas com deficiência, a qualidade deste ensino está em agregar valor na aprendizagem a partir do desenvolvimento e condição da própria criança, ou seja, de certa forma deve ser uma estrutura

organizada devido as demandas apresentadas pelo educando que necessita de um atendimento especializado com base na Lei 9.394, das Diretrizes e bases da Educação (Brasil, 1996), que define, regula e organiza a educação brasileira (Batista et al, p. 3. 2022).

A legislação direcionada ao ensino da pessoa com deficiência não se apresenta somente na LDB (1996), que determina o acesso a escola a todas as crianças, mas se apresenta fortalecida pela Lei 13.146 de 2015, Lei brasileira da Pessoa com deficiência (Estatuto da Pessoa com deficiência) (Brasil, 2015), que assegura e garante os direitos do acesso a educação a todo o cidadão com deficiência, sejam elas físicas, mentais, transtornos de aprendizagens, em que toda criança independentemente de sua condição, tem o direito ao acesso a educação para que seja desenvolvida desde a infância até a vida adulta, garantindo uma educação inclusiva com respeito e reconhecimento (Brasil, 2015).

Desse modo o ensino da Língua Inglesa como Língua Franca expande o acesso de repertório linguístico dos educandos, que podem ser desenvolvidos a partir do uso de recursos digitais que tornam dinâmicos o processo do ensino e aprendizagem por recursos que contribuem para a conexão linguística dos educandos com deficiência e a sua aprendizagem (Chagas, p. 4, 2013).

O ensino inclusivo da Língua Inglesa como Língua Franca pede que as práticas aplicadas a educação se atualizem, deixando de lado a forma antiga de ensinar e buscando gerar adaptações pedagógicas com os recursos existentes na atualidade proporcionando conhecimento linguístico gerador de acesso ao mundo globalizado (Chagas, p. 4, 2013).

O ENSINO DE LÍNGUA INGLESA COMO LÍNGUA FRANCA NAS ESCOLAS PÚBLICAS

O ensino de Língua Inglesa no Brasil mostra-se ainda como uma das práticas de ensino direcionadas a um olhar simbólico de status, prejudicando o desenvolvimento linguístico dos educandos e sendo um desafio aos educadores, não levando em consideração por vezes que o ensino linguístico da língua está além de um processo de status, mas indo além disso, sua aprendizagem permite que transformações sejam geradas na sociedade diante das preferências de quem detém o conhecimento de uma língua que conecta o mundo (Siqueira et al p. 4, 2012).

O ensino da Língua Inglesa deve ser incorporado ao processo educativo com o intuito de desenvolvimento dos educandos, com isso se faz importante compreender as mudanças nos modelos de ensino, onde se tem uma carga horária ineficaz estímulando pouco os educandos as práticas de ensino e devendo buscar com que se ultrapasse o conhecimento do verbo To Be, avançando assim no processo linguístico que permite interação com outras pessoas e com o mundo (Cox e Assis—Peterson, 2008, p.47, apud Siqueira et al p. 4, 2012).

Tal caminho só se tornará possível quando o cenário de ensino e estudo da Língua Inglesa tenha em sua construção o contexto social e histórico necessário para o bom desenvolvimento da aprendizagem, se relacionando com o momento atual e a cultura presente pelos educandos, cultura essa que conecta todo o mundo a partir de recursos tecnológicos tornando o mundo cada vez mais globalizado e apresentando outras maneiras de saberes do idioma e de como utiliza-lo além da leitura, diminuindo

de determinado modo a distância entre lugares, situações e pessoas, tornando a comunicação um processo intercultural (Siqueira et al p. 5, 2012).

Conforme descreve Siqueira et al (p. 5, 2012):

Portanto, o domínio de línguas estrangeiras é elemento crucial nesse processo e apropriar-se de um idioma de alcance global como o inglês, por exemplo, é muito mais que apenas consumir discurso a partir da leitura de textos. Desse modo a observação feita da força presente na Língua Inglesa está na probabilidade de esta gerar acesso, conexões e conhecimento com partes do mundo que não correspondem a de origem da língua, mas que a utilizam dela, tornando-a como uma necessidade de conhecimento para o desenvolvimento social (Siqueira et al p. 5, 2012).

Na busca pela prática de ensino e aprendizagem do inglês atrelado ao contexto social dos educandos, a BNCC (Brasil, 2018) traz a descrição do ensino da língua inglesa nas escolas básicas do país abordando o idioma com o ensino de Língua Franca, dessociando o idioma de um território, fortalecendo sua utilização nos contextos sociais dos educandos e nos demais que se apresentem a utilização da língua (Brasil, p. 242, 2018).

É compreendido pela BNCC (Basil, 2018), que a contemporaneidade traz um cenário de dimensão intercultural e que este é um processo contínuo de interação e reestruturação a partir das conexões geradas pelo mundo globalizado, permitindo que diversos sujeitos, locais e situações necessitem do repertório da Língua Inglesa, sendo assim a Língua Inglesa como Língua Franca abre o caminho para a problemática dos distintos papéis acessados por ela de forma global (Brasil, p. 245, 2018).

A presença do ensino da Língua Inglesa na educação brasileira ocorre a partir do sexto ano do ensino fundamental segundo a Lei de Diretrizes e base da Educação Nacional (Brasil, 1996) estando presente no currículo até os anos finais do Ensino Médio, tendo o ensino como base, precisa estar direcionada ao desenvolvimento de competências, das habilidades já aprendidas e por aquelas que ainda serão desenvolvidas nos educandos (Brasil, p. 13, 2018).

Certo da obrigatoriedade do ensino da Língua Inglesa a partir da LDB (Brasil, 1996), se faz correto trazer a necessidade que as escolas têm de se adequarem em estrutura para a aplicação do ensino, na busca pelo atendimento das demandas apresentadas na atualidade, que sejam estruturadas não somente em metodologias apenas gramaticais, mas que apresentem todos os quesitos que determinam a Língua Inglesa como Língua Franca, a partir das questões sociais, culturais e o desenvolvimento da aprendizagem do idioma diante de maneira dinâmica, reflexiva e estruturada (Siqueira et al p. 6, 2012).

A INCLUSÃO NO ENSINO DA LÍNGUA INGLESA COMO LÍNGUA FRANCA

O modelo educacional inclusivo no Brasil tem em sua estrutura uma legislação que determina os direitos de todas as crianças com deficiência ao acesso a educação estruturada às suas necessidades e demandas, a LDB (Brasil, 1996), como já descrita anteriormente, a Lei 9.394, das Diretrizes e bases

da Educação (Brasil, 1996), tendo em sua definição a regularização e a organização educacional brasileira (Batista et al, p. 3. 2022).

Além da LDB (Brasil, 1996) que organiza e regulariza a educação em todos os seus aspectos, para o direcionamento do direito do acesso a educação por pessoas com deficiência se têm a Lei 13.146 de 2015, Lei brasileira da Pessoa com deficiência (Estatuto da Pessoa com deficiência) (Brasil, 2015), que assegura e garante os direitos educacionais de todo o cidadão desde a infância até a vida adulta, a prática educativa para pessoas com deficiência tem como dever assegurar que haja uma educação inclusiva que respeite o sujeito permitindo que alcance o desenvolvimento destes a partir das suas habilidades e capacidades (Brasil, 2015).

As leis que regem a educação no País tem como propósito garantir uma educação acessível e possível a todos os sujeitos, mas se sabe que ainda falta muito trabalho para que a inclusão e a qualidade da educação em sua totalidade seja atingida, isso por que se é necessário ter uma estrutura de material de ensino inclusivo como o Atendimento em Educação Especializado (AEE), na busca por atender os educandos conforme suas necessidades (Batista et al, p. 4, 2022).

Se tratando do ensino da Língua Inglesa, a Lei 13.146 (Brasil, 2015) descreve no Art. 28, que o poder público deve garantir o acesso a educação, criando, desenvolvendo, implementando, incentivando e acompanhando os processos educacionais dando acesso a uma educação de qualidade a todos os educandos (Brasil, 2015).

Para isso deve ser realizado o aperfeiçoamento dos sistemas educacionais, para a garantia e possibilidade de participação dos educandos e do seu desenvolvimento, o permanecimento destes na instituição de ensino por meio da acessibilidade, com projetos pedagógicos que legalize a assistência da educação de forma especializada juntamente com os outros serviços que permitam ajustes e possam atender os educandos com deficiência a partir de suas características (Brasil, 2015).

Contribuindo assim para uma educação que promova a qualidade do ensino com a promoção da autinômia dos seus educandos respeitando as suas capacidades e habilidades, gerando condições de igualdade na aplicação do ensino e de equidade na compreensão da diversidade existente no aprender e em desenvolvimento (Brasil, 2015).

A oferta da educação bilíngue no Brasil é garantida nesse propósito de permitir o acesso linguístico a todos os educandos presentes na escola, a partir disso a legislação tem em a responsabilidade de ofertar em escolas inclusivas a prática em Libras como primeira língua para a possibilidade de compreensão e participação educacional dos educandos com necessidades na comunicação falada, e o uso da língua portuguesa de forma escrita como uma segunda língua, levando ao entendimento que para haver ensino se é preciso compreender o que está sendo transpassado (Brasil, 2015).

De forma particular, um planejamento com foco na equidade também exige um claro compromisso de reverter a situação de exclusão histórica que marginaliza grupos – como os povos indígenas originários e as populações das comunidades remanescentes de quilombos e demais afrodescendentes – e as pessoas que não puderam estudar ou completar sua escolaridade na idade própria. Igualmente, requer o compromisso com os alunos com deficiência, reconhecendo a

necessidade de práticas pedagógicas inclusivas e de diferenciação curricular, conforme estabelecido na Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) (Brasil, p. 15-16, 2018).

Além do olhar voltado para os educandos com deficiência existe a necessidade de aplicar o ensino linguístico da língua inglesa na vertente de não exclusão de outros grupos, vendo que ao longo da história brasileira o uso da língua Inglesa era reconhecido como um conhecimento sofisticado, não sendo utilizado por grupos marginalizados pela sociedade (Brasil, p. 16, 2018).

Para que seja fornecido o ensino da língua Inglesa de maneira inclusiva, a BNCC (Brasil, 2018), determina uma prática do seu ensino como língua franca, que tem em sua base um direcionamento pautado na diversidade multicultural da língua Inglesa, a partir da sua funcionalidade e relevância de comunicação em escala global, estando presente nas mais variadas partes do mundo, que se conecta cada vez mais a partir da expansão tecnológica e que utiliza da língua inglesa para a comunicação (Brasil, p. 246, 2018).

O ensino da língua Inglesa como língua franca permite o acesso ao idioma respeitando os espaços sociais e culturais que os sujeitos que a falam ou a estudam pertencem, ou seja não diminui o sujeito a partir de uma separação social, mas o integra a linguagem exatamente a partir das diferenças presentes em distintos grupos, territórios e utiliza da multiculturalidade para desenvolver a aprendizagem dos educandos (Brasil, p. 246, 2018).

A escola tem em sua base a responsabilidade do cumprimento do seu papel social em diminuir a desigualdade em muitos aspectos, e o linguístico faz parte dessa diminuição da desigualdade, sabido que a língua Inglesa pode expandir oportunidades de maneira exponencial dos educandos que desenvolvem o seu conhecimento (Batista et al, p. 4, 2022).

O processo de inclusão da língua Inglesa como língua franca permite que comunidades indígenas, comunidades quilombolas e afrodescendentes com suas origens, histórias e cultura sejam respeitadas e possibilita que esses grupos caso queiram levem sua história para outros lugares a partir do uso da língua franca que respeita a cultura e o contexto social de quem a aprende e que utilizada (Brasil, p. 16, 2018).

A LÍNGUA INGLESA COMO LÍNGUA FRANCA E A INCLUSÃO DE CRIANÇAS ESPECIAIS NO ENSINO

O propósito da escola está em formar sujeitos com capacidades de se expressarem de maneira hábil a oralidade e a escrita, podendo assim fazem parte da sociedade contribuindo para a transformação desta, oferecendo o ensino da língua fidedigna e transformadora (Bagno, p. 80, 2002 apud Siqueira et al, p. 7, 2012).

Certo que para essa construção social acontecer, os caminhos para uma prática de ensino devem refletir nas necessidades de aprendizagens dos educandos presentes na escola, compreendendo que o

processo de incluir uma estrutura de ensino da Língua Inglesa como uma Língua Franca possibilita o avanço social, cultural, o acesso a um mundo totalmente globalizado e conectado (Siqueira et al, p. 8, 2012).

A inclusão se apresenta como estrutura de respeito a subjetividade de cada educando a partir das suas capacidades e habilidades, independendo do contexto social, histórico de vida ou condições vividas pelos educandos, mas agregando-os para uma educação que não só ensina processos gramaticais, mas fortalece o conhecimento cultural e social pertencente a cada grupo (Siqueira et al, p. 8, 2012).

Tratando-se dos direitos ao acesso ao espaço educacional pelos educandos com deficiência a legislação determina não somente o acesso mas uma estrutura que possibilite o acesso ao conhecimento que este espaço desenvolve, ou seja o direito de ir à escola e fazer parte dela como cidadão pertencente nos processos educativos em todas as suas vertentes, conforme descrito na Lei 9.394 (Brasil, 1996).

III- atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, preferencialmente na rede regular de ensino (Brasil, 1996).

A linguagem está presente na humanidade em todas as suas práticas, não se limitando somente a linguagem falada, mas tendo a escrita, a corporal, a visual, a sonora e na atualidade a digital, refletindo nas possibilidades diversas de recursos para a especialização das mais distintas formas linguísticas ocorrerem e serem aplicadas aos educandos conforme suas necessidades (Brasil, p. 63, 2018).

Assim o processo de inclusão de um sujeito com deficiência na sociedade é marcado pela sua inserção na escola e a possibilidade do acesso de todo o recurso possível para o seu desenvolvimento, a partir do pluralismo presente na escola, promovendo a interação e a participação estruturando o ensino inclusivo para que seja refletido na vida social e cultural do educando permitindo a este a convivência social e a participação ativa na sociedade (Souza e Monte Mór, 2008 apud Chagas, p. 5, 2013).

A aplicação do ensino da Língua Inglesa como língua franca para os educandos com necessidades especiais parte exatamente dessa construção de possibilidades a partir dos recursos existentes que tendem a desenvolver a sociedade de maneira geral, o exercício de promover uma educação linguística de qualidade e que seja geradora de acesso se torna mais rica a partir do uso de recursos como os tecnológicos que possibilitam trabalhar a oralidade, a audição, o visual e o movimento integrando a aprendizagem em uma perspectiva de multiletramento (Brasil, p. 242, 2018).

O ensino inclusivo da Língua Inglesa como Língua Franca exige que as práticas educativas deixem de lado a forma antiga de ensinar e busquem gerar adaptações pedagógicas que proporcionem aos educandos o conhecimento linguístico que gere acesso ao que está presente no mundo globalizado, que possibilite a expressão a partir do ouvir e compreender uma música na língua inglesa, podendo ir além disso e conectar os educandos ao trabalho, a universidade, e a tantas outras situações que a linguagem possa proporcionar, garantindo um acesso pleno e significativo a Língua Inglesa (Chagas, p. 4, 2013).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ensino da Língua Inglesa como Língua Franca permite que o acesso e o desenvolvimento dos educandos refletem diretamente nas dinâmicas sociais e culturais de modo que se comuniquem com o mundo globalizado e que utiliza de uma língua específica que unifica os povos, a economia, a cultura e os saberes, a Língua Inglesa.

É necessário que as escolas adotem processos educacionais que agreguem valor não somente nas estruturas metodológicas do ensino, mas também leve em consideração a força que a cultura, o ambiente social e a história de vida dos sujeitos influenciam nas mais variadas formas da comunicação acontecer.

Trabalhar os processos linguísticos da Língua Inglesa implica em abrir caminhos para a inclusão de forma abrangente, ou seja, compreendendo que incluir está muito além de inserir conteúdo linguístico gramatical somente, mas também permitir o acesso a língua a partir de recursos de pertencimento e absorção do ensino, neste caso trabalhar com os sentidos, com a história de vida dos educandos e as variações presentes entre eles em seus contextos sociais.

A Língua Inglesa deve ser trabalhada como Língua Franca exatamente pela agregação de valor na diversidade presente entre os educandos, contribuindo assim para uma prática educativa inclusiva que leve ao pensamento crítico, reflexivo, dinâmico e criativo dos educandos.

Destacando-se este mesmo processo em relação aos educandos com deficiências, seja física, intelectual, mental ou do desenvolvimento, mais do que incluir é imprescindível que se tenha uma aplicação do ensino a partir da equidade, ou seja com o olhar direcionado não só as necessidades que advém dos desafios de uma determinada deficiência, mas das habilidades e capacidades de desenvolvimento desses educandos.

A era digital contribui muito para esse processo de equidade no ensino, disponibilizando recursos que permitam o acesso ao ensino línguístico de forma sensorial, criativa e dinâmica, tornando possível a aproximação entre o mundo e o educando com determinada necessidade a partir de uma deficiência, e no caso da língua estrangeira isso se torna ainda mais forte a partir do momento que se reconhece o ensino da Língua Inglesa como Língua Franca, criando pontes para o acesso, o desenvolvimento, a inclusão e a equidade.

REFERÊNCIAS

Batista, G. S. Santos, S. G. Inclusão no ensino da Língua Inglesa: uma revisão bibliográfica. 2022. Disponível em: https://diversitasjournal.com.br/diversitas_journal/article/view/2083/1706. Acesso 15 de out 2025.

Brasil. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Educação é a Base. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2018. Disponível em https://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf. Acesso 17 de out de 2025.

Brasil. Lei nº 13.146, de 6 de julho DE 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso 22 de out. 2025.

Brasil. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso 22 de out 2025.

Chagas, L. A. O uso de ferramentas da internet no ensino de língua inglesa e seus reflexos na inclusão social de alunos de escolas públicas. 2013. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/5771/577163626009.pdf>. Acesso 16 de out 2025.

Siqueira, D. S. P. Anjos, F. A. Ensino de inglês como língua franca na escola pública: por uma crença no seu (bom) funcionamento. 2012. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/muitasvozes/article/view/3607/2561>. Acesso 20 de out 2025.